



Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 715/2021/PGE-PCC

Referência: Processo administrativo nº 0028.300402/2020-55 -Pregão Eletrônico nº. 667/2020/KAPPA/SUPEL/RO

Procedência: Equipe de Licitação KAPPA/SUPEL

Interessado: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

Objeto: Aquisição de Veículo Aéreo não Tripulado - Drone e acessórios.

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Proposta - Especificações. impedimento indireto de licitar. Conhecimento. Parcialmente Procedente.

1. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente **HS Comércio, Locação e Manutenção** (0018759903) para os itens 1 e 2 (ampla e exclusiva participação), em face da decisão que a inabilitou em virtude de impedimento indireto apontado pelo SICAF.

2. Consta, ainda, recurso administrativo interposto tempestivamente pela recorrente Maiorca Comércio de Equipamentos eletrônicos EIRELI para o item 2 (exclusiva participação), em face da decisão que desclassificou sua proposta por não preencher os requisitos do edital.

3. Houve apresentação de contrarrazões pela empresa Maiorca Comércio de Equipamentos eletrônicos EIRELI, em face do recurso interposto pela recorrente HS Comércio, Locação e Manutenção, haja vista que a procedência do recurso ensejará o retorno de fase para habilitação da recorrente para os itens 01 e 02. Caso for declarada habilitada, logrará êxito no item 01 que foi adjudicado à Maiorca e ao item 02, que está sob recurso da por esta empresa.

4. O presente processo foi encaminhado a pedido por meio do Termo SUPEL-KAPPA (0019203602), a fim de subsidiar a decisão do Superintendente da SUPEL.

5. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº 667/2020/KAPPA/SUPEL/RO.

2. DA ADMISSIBILIDADE

6. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO DA RECORRENTE HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO (0018759903)

7. Em síntese, a recorrente afirma que apresentou o melhor preço na fase de lance, mas teve sua habilitação declarada de forma irregular sob fundamento de ocorrência de impedimento indireto apontado pelo SICAF.

8. Aduz que a ocorrência impeditiva apontada pelo SICAF está relacionada a um ex-sócio, o Sr. Sérgio Luiz Nardes Mendes, em razão do vínculo deste com a empresa 3D Projetos e Assessoria em Informática LTDA, que está impedida de licitar com o Estado do Espírito Santo até 22.10.2021.

9. Ressaltou que o Sr. Sérgio integrou o quadro societário somente até 27.01.2017, conforme segunda alteração contratual, ficando demonstrado a ausência de vínculo desde a exclusão.

10. A fim de elucidar os motivos de constar a ocorrência indireta, já que o seu sócio não integra mais a sociedade desde 2017. O SICAF respondeu por meio de ofício acostado aos autos, que a Secretaria de Gestão está impedida de retificar o cadastro do SICAF, por ser uma funcionalidade que atende ao TCU.

11. Destaca que a ocorrência impeditiva indireta não pode caracterizar, por si só, fraude, visto que devem ser avaliadas as circunstâncias e fatos concretos.

12. Por fim, requer que seja dado provimento ao recurso interposto.

4. DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI 0018760009

13. Questiona que a empresa recorrente não atendeu aos requisitos de qualificação técnica, pois não apresentou atestados compatíveis com fornecimento de drones, conforme exigência do subitem 13.8.3 do edital.

14. Suscita o princípio da vinculação ao instrumento convocatório para respaldar sua defesa.

15. Por fim, requer que seja julgado improcedente o recurso interposto em face da inaplicabilidade das suas alegações, bem como seja procedência suas razões.

5. DAS RAZÕES DE RECURSO DA EMPRESA MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS 0018760123 (ITEM 02)

16. Destacou que os itens 01 e 02 se tratam do mesmo produto, sendo o item 01 (ampla concorrência) é o mesmo e o item 02 (exclusiva participação).

17. Discorre que houve um equívoco na desclassificação para o item 02, pois atende plenamente ao edital, conforme parecer técnico que aceitou o item 01.

18. Por essa razão, requer a procedência do recurso, para classificar sua proposta para o item 02.

6. DECISÃO DA PREGOEIRA 0019203602

19. Compulsando os autos, verifica-se que a Pregoeira julgou:

- 20. **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela recorrente **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUT. DE EQUIP. DE INFOR. LTDA. – EPP**, mantendo sua inabilitação.
- 21. **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS**, classificando sua proposta para o item 02.

7. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

22. Insurge a recorrente **HS Comércio, Locação e Manutenção** contra sua inabilitação em face de ocorrência de impedimento indireto apresentado no SICAF, em virtude de vínculo de ex-sócio (excluído em 2017) com a empresa **3D Projetos e Assessoria em Informática LTDA**, a qual está impedida de licitar com o Estado do Espírito Santo até 22.10.2021.

23. Ressalta-se que a funcionalidade do SICAF de cruzamento de informações referente ao quadro societários de licitantes, visa coibir possível tentativa de licitante em burlar as penalidades de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade para contratar e licitar com a Administração Pública.

24. Tal funcionalidade representa apenas um alerta, o que exigirá da equipe de licitação a realização de diligências para investigar se a constituição da pessoa jurídica (HS Comércio) teve como

objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada à empresa 3D Produções.

25. Nessa análise, a Pregoeira realizou diligências no balanço patrimonial das empresas HS Comércio e a 3D Produções, mas não identificou sócio que vincule as empresas, mas percorreu que ambas constam o mesmo endereço e ramo de atividade, bem como compartilham do mesmo contador. Destacou que a HS Comércio fez alteração contratual registrada em cartório de nome fantasia, endereço e atividade no dia 02/03/2021.

26. Vislumbro que a análise aqui perpetrada restringe -se a aspectos técnicos de análise documental, assim procedida pela pregoeira. Desta forma, entendo não ser cabível juízo de valor jurídico neste aspecto.

27. Assim, considero que, por se tratar de decisão técnica da Pregoeira, qualquer alteração eventual a ser procedida por este Órgão Jurídico não se revestiria de segurança jurídica.

28.

8. DO RECURSO DA EMPRESA MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI 0018760123

29. Questiona que a Recorrente não atendeu o requisito do edital, especificamente, o subitem 13.8.3 - referente as característica do objeto.

30. Ocorre que a exigência de atestados de capacidade técnica não devem se restringir ao objeto, mas sim a similaridade deste. Por hora, extrai-se do documento apresentado pela recorrida, comprovação de equipamento eletrônicos (tablete, tvs, entre outros), logo, mantendo a similaridade exigida.

Os atestados devem mostrar que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, em quantidade e prazos compatíveis com aquela que está sendo licitada. Quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas.

Acórdão 1140/2005-Plenário | Relator: MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

31. Nesse viés, os atestados devem mostrar que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas pela Lei 8.666/93..

32. Portanto, não há irregularidade na decisão da Pregoeira, que julgou improcedente o recurso na empresa Maiorca em face da habilitação técnica da H.S Comércio.

33. A recorrente questiona, ainda, a desclassificação da proposta para o item 02 (cota exclusiva), haja vista ser o mesmo objeto aceito para o item 1 (ampla participação).

34. Desse modo, por ser questionamento de natureza técnica, a Pregoeira julgou pela procedência, fundamentado no Parecer 13 (0017976025), haja vista o atendimento dos requisitos técnicos do objeto.

35. Sendo assim, não há irregularidade no julgamento da Pregoeira que reformou a decisão para classificar a proposta da Maiorca Comércio para o item 02.

36.

9. CONCLUSÃO

37. Ante o exposto, sob o viés jurídico, **esta Procuradoria opina pela manutenção *in totum* da decisão da Pregoeira.**

38. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

39. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

40. Tendo em vista o preço estimado desse procedimento licitatório, **essa opinião será submetido à aprovação ao Procurador Geral do Estado** diante da autorização conda no argo 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante tratar-se de assunto de importância estadual, conforme dispõe a Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

Porto Velho, data e hora do sistema

BRUNNO CORREA BORGES

PROCURADOR DO ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 18/08/2021, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020005408** e o código CRC **A61C3A6F**.